



FUNDAÇÃO SILIUS



Relatório Anual 2015



FUNDAÇÃO SILIUS

SUMÁRIO

Apresentação.....	01
Balço Patrimonial - Consolidado em R\$ Mil.....	01
Demonstraço da Mutaço do Patrimônio Social - Consolidado em R\$ Mil.....	02
Demonstraço da Mutaço do Ativo Líquido - Plano de Benefícios I em R\$ Mil.....	02
Demonstraço da Mutaço do Ativo Líquido - Plano Ex-Autárquicos de Benefício em R\$ Mil...03	
Demonstraço do Ativo Líquido - Plano de Benefícios I em R\$ Mil.....	03
Demonstraço do Ativo Líquido - Plano Ex-Autárquicos de Benefício em R\$ Mil.....	04
Demonstraço do Plano de Gestão Administrativa Consolidada em R\$ Mil.....	05
Demonstraço das Provisões Técnicas - Plano de Benefícios I em R\$ Mil.....	06
Demonstraço das Provisões Técnicas - Plano Ex-Autárquicos de Benefício em R\$ Mil.....	07
Notas Explicativas.....	08
Relatório dos Auditores Independentes.....	22
Parecer Atuarial - Plano de Benefícios I e Plano Ex-Autárquicos de Benefício.....	24
Parecer do Conselho Fiscal.....	30
Manifestaço do Conselho Deliberativo.....	31



FUNDAÇÃO SILIUS

Demonstrações Contábeis Exercício de 2015

APRESENTAÇÃO

Tendo em vista as disposições contidas no seu Estatuto e Regulamento, a Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social – SILIUS apresenta aos seus Participantes e aos seus Patrocinadores, o Relatório de Atividades do exercício de 2015, acompanhado do Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – Plano de Benefícios I, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – Plano Ex-Autárquicos de Benefício, Demonstração do Ativo Líquido – Plano de Benefícios I, Demonstração do Ativo Líquido – Plano Ex-Autárquicos de Benefício, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, Demonstração das Provisões Técnicas – Plano de Benefícios I, Demonstração das Provisões Técnicas – Plano Ex-Autárquicos de Benefício, Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer Atuarial, Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho Deliberativo.

I - BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercício 2015	Exercício 2014	PASSIVO	Exercício 2015	Exercício 2014
DISPONÍVEL	56	40	EXIGÍVEL OPERACIONAL	123	181
			Gestão Previdencial	31	6
REALIZÁVEL	36.713	34.025	Gestão Administrativa	17	82
Gestão Previdencial	643	775	Investimentos	75	93
Gestão Administrativa	518	496			
			EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2.369	2.494
INVESTIMENTOS	35.552	32.754	Gestão Previdencial	942	1.288
Fundos de Investimento	33.294	30.979	Gestão Administrativa	448	395
Investimentos Imobiliários	2.101	1.619	Investimentos	979	811
Depósito Judiciais/Recursais	157	156			
			PATRIMÔNIO SOCIAL	34.303	31.422
PERMANENTE	26	32	Patrimônio de Cobertura do Plano	33.774	30.905
Imobilizado	26	31	Provisões Matemáticas	35.929	42.684
Intangível	-	1	Benefícios Concedidos	82.370	75.386
			Benefícios a Conceder	3.690	3.776
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(50.131)	(36.478)
			Equilíbrio Técnico	(2.155)	(11.779)
			Resultados Realizado	(2.155)	(11.779)
			Déficit Técnico Acumulado	(2.155)	(11.779)
			FUNDOS	529	517
			Fundos Administrativos	529	517
TOTAL DO ATIVO	36.795	34.097	TOTAL DO PASSIVO	36.795	34.097

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS
(CONSOLIDADO)**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	31.422	30.584	2,74%
1. Adições	13.003	10.452	24,41%
(+) Contribuições Previdenciais	9.375	7.614	23,13%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.471	1.752	41,04%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	52	-	0,00%
(+) Receitas Administrativas	1.055	1.054	0,09%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	50	32	56,25%
2. Destinações	(10.122)	(9.614)	5,28%
(-) Benefícios	(9.029)	(8.427)	7,14%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(134)	-100,00%
(-) Despesas Administrativas	(1.040)	(1.003)	3,69%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(53)	(50)	6,00%
3. Acréscimo/Decréscimo do Patrimônio Social (1+2)	2.881	838	243,79%
(+/-) Provisões Matemáticas	(6.755)	2.808	-340,56%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	9.624	(2.003)	-580,48%
(+/-) Fundos Administrativos	12	33	-63,64%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	34.303	31.422	9,17%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
POR PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIAL I**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	29.569	28.814	2,62%
1. Adições	11.568	9.200	25,74%
(+) Contribuições	9.224	7.529	22,51%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.344	1.671	-
2. Destinações	(9.066)	(8.445)	7,35%
(-) Benefícios	(8.943)	(8.346)	7,15%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(123)	(99)	24,24%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.502	755	231,39%
(+/-) Provisões Matemáticas	(6.913)	3.071	-325,11%
(+/-) (Déficit) Superávit Técnico do Exercício	9.414	(2.316)	-506,48%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	32.071	29.569	8,46%
C) Fundos não Previdenciais	493	481	2,49%
(+/-) Fundos Administrativos	493	481	2,49%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
POR PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO EX-AUTÁRQUICOS DE BENEFÍCIO**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.336	1.286	3,89%
1. Adições	453	166	172,89%
(+) Contribuições	151	85	77,65%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	127	81	-
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	175	-	-
2. Destinações	(86)	(116)	-25,86%
(-) Benefícios	(86)	(81)	6,17%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(35)	-100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	367	50	634,00%
(+/-) Provisões Matemáticas	157	(262)	-159,92%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	210	312	-32,69%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.703	1.336	27,47%
C) Fundos Não Previdenciais	36	35	2,86%
(+/-) Fundos Administrativos	36	35	2,86%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR
PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIAL I**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
1. Ativos	34.561	31.980	8,07%
Disponível	3	1	200,00%
Receível	1.096	1.165	-5,92%
Investimento	33.462	30.814	8,59%
Fundos de Investimento	31.209	29.044	7,45%
Investimento Imobiliário	2.101	1.618	29,85%
Depósitos Judiciais/Recursais	152	152	0,00%
2. Obrigações	1.997	1.930	3,47%
Operacional	90	88	2,27%
Contingencial	1.907	1.842	3,53%
3. Fundos Não Previdenciais	493	481	2,49%
Fundos Administrativos	493	481	2,49%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	32.071	29.569	8,46%
Provisões Matemáticas	34.905	41.818	-16,53%
Superávit/Déficit Técnico	(2.834)	(12.249)	-76,86%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(2.834)		
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2.094		
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(740)		

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR
PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO EX-AUTÁRQUICOS DE BENEFÍCIO**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
1. Ativos	1.770	1.640	7,93%
Disponível	33	1	3200,00%
Recebível	76	127	-40,16%
Investimento	1.661	1.512	9,85%
Fundos de Investimento	1.657	1.507	9,95%
Investimento Imobiliário	-	1	-100,00%
Depósitos Judiciais/Recursais	4	4	0,00%
2. Obrigações	31	269	-88,48%
Operacional	17	12	41,67%
Contingencial	14	257	-94,55%
3. Fundos Não Previdenciais	36	35	2,86%
Fundos Administrativos	36	35	2,86%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.703	1.336	27,47%
Provisões Matemáticas	1.024	866	18,24%
Superávit/Déficit Técnico	679	470	44,47%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
(CONSOLIDADA)**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	517	484	6,82%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.105	1.086	1,75%
1.1. Receitas	1.105	1.086	1,75%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.055	1.054	0,09%
Resultado Positivo dos Investimentos	50	32	56,25%
2. Despesas Administrativas	1.040	1.003	3,69%
2.1. Administração Previdencial	615	602	2,16%
Pessoal e encargos	401	363	10,47%
Treinamentos/Congressos e Seminários	2	-	0,00%
Viagens e estadias	3	-	0,00%
Serviços de terceiros	165	157	5,10%
Despesas gerais	38	75	-49,33%
Depreciações e amortizações	4	5	-20,00%
Tributos	2	2	0,00%
2.2. Administração dos Investimentos	425	401	5,99%
Pessoal e encargos	275	249	10,44%
Treinamentos/Congressos e Seminários	1	-	0,00%
Viagens e estadias	2	-	0,00%
Serviços de terceiros	119	97	22,68%
Despesas gerais	26	52	-50,00%
Depreciações e amortizações	2	3	-33,33%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	53	50	6,00%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	12	33	-63,64%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	12	33	-63,64%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	529	517	2,32%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS
DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIAL I**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	34.068	31.499	8,16%
1. Provisões Matemáticas	34.905	41.818	-16,53%
1.1. Benefícios Concedidos	81.504	74.585	9,28%
Benefício Definido	81.504	74.585	9,28%
1.2. Benefício a Conceder	2.898	3.103	-6,61%
Benefício Definido	2.898	3.103	-6,61%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(49.497)	(35.870)	37,99%
(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	(49.497)	(35.870)	37,99%
(+/-) Patrocinador(es)	(36.273)	(35.870)	1,12%
(+/-) Participantes	(13.224)	-	-
2. Equilíbrio Técnico	(2.834)	(12.249)	-76,86%
2.1. Resultados Realizados	(2.834)	(12.249)	-76,86%
(-) Déficit técnico acumulado	(2.834)	(12.249)	-76,86%
4. Exigível Operacional	90	88	2,27%
4.1. Gestão Previdencial	20	-	-
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	70	88	-20,45%
5. Exigível Contingencial	1.907	1.842	3,53%
5.1. Gestão Previdencial	942	1.042	-9,60%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	965	800	20,63%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS
DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO EX-AUTÁRQUICOS DE BENEFÍCIO**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	1.733	1.605	7,98%
1. Provisões Matemáticas	1.024	866	18,24%
1.1. Benefícios Concedidos	866	802	7,98%
Benefício Definido	866	802	7,98%
1.2. Benefício a Conceder	792	673	17,68%
Benefício Definido	792	673	17,68%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(634)	(609)	4,11%
(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	(634)	(609)	4,11%
(+/-) Patrocinador(es)	(634)	(609)	4,11%
2. Equilíbrio Técnico	679	470	44,47%
2.1. Resultados Realizados	679	470	44,47%
Superávit técnico acumulado	679	470	44,47%
Reserva de contingência	210	217	-3,23%
Reserva para revisão de plano	469	253	85,38%
4. Exigível Operacional	16	12	33,33%
4.1. Gestão Previdencial	11	6	83,33%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	5	6	-16,67%
5. Exigível Contingencial	14	257	-94,55%
5.1. Gestão Previdencial	-	245	-100,00%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	14	12	16,67%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS - Entidade Fechada de Previdência Privada, regida pelas Leis n.ºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001, foi criada pela Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, em 16 de junho de 1976, através de Escritura Pública sob registro n.º 8.332, tendo como instituidora a Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA. Com a publicação do Decreto n.º 81.240, de 20 de janeiro de 1978 a SILIUS teve seus estatutos aprovados e autorização para funcionamento através da Portaria n.º 1.640, de 13 de junho de 1979.

A Fundação SILIUS administra dois planos de benefício na modalidade de Benefícios Definidos, possuindo duas patrocinadoras: A CESA e a própria SILIUS, tendo como objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Oficial e também beneficiar aos grupos familiares dos empregados da PATROCINADORA e da SILIUS, promovendo, dessa forma o bem estar social dos seus destinatários. Os principais recursos que a Entidade dispõe para atingir seus objetivos são oriundos das contribuições das Patrocinadoras, Participantes, Assistidos, das parcelas do instrumento particular de repactuação, confissão de dívida e outras avenças, firmado entre SILIUS e CESA, e também, dos rendimentos resultantes das aplicações destes recursos em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN/BACEN n.º 3792, de 24/11/2009 e pela política de investimento revisada e aprovada anualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, e implementadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de acordo com a Resolução MPS/CNPC n.º 8, de 31 de Outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC n.º 12, de 29 de agosto de 2013, Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução n.º 25 de 17 de dezembro de 2015 e a Resolução CFC n.º 1.272, de 22 de janeiro de 2010 que aprova a NBCTE 11 – EFPC.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

3.1) Receitas e Despesas

São registradas segundo o princípio da competência dos exercícios.

3.2) Gestão Previdencial

Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos de Benefícios Proporcional Diferido, Portabilidade, Resgate e Auto-Patrocínio, bem como o resultado do plano de benefício de natureza previdencial.

3.3) Gestão Administrativa

Atividade de registro e de controle inerentes a administração dos planos de benefícios.

3.4) Investimentos

Atividade de registro e de controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

3.5) Patrimônio Social

Recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano de benefício.

3.6) Fundo

Formados com destinações específicas do Plano de Gestão Administrativo.

3.7) Disponíveis

Registra a disponibilidade existente em caixa e bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional, até 31/12/2015, totalizando a importância de R\$ 56 Mil e de R\$ 40 Mil em 31/12/2014, demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	2015	2014
Caixa PGA	1	2
Banrisul S/A M. Deus - Pl. Benefícios I	3	1
Banrisul S/A M. Deus - Pl. Ex-Autárquicos de Benefício	33	1
Banrisul S/A Beira Rio - Plano de Gestão Administrativa	18	36
Caixa Econômica Federal	1	0
Total Disponível	56	40

3.8) Gestão Previdencial

A Gestão Previdencial, registra direitos da entidade relativos às contribuições do patrocinador, dos participantes e demais direitos, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas até 31/12/2015, totalizando a importância de R\$ 236 Mil e de R\$ 123 Mil em 31/12/2014, conforme segue:

EM R\$ MIL

Descrição	2015	2014
Contribuições do Mês		
Patrocinador	150	84
Participantes	48	23
Contribuições sobre 13º Salário		
Patrocinador	12	6
Participantes	26	10
Total	236	123

3.8.1) Depósitos Judiciais/Recurrais

Estão registrados na conta depósito judiciais/recursais os valores referentes às ações judiciais de devolução de reserva de poupança, diferença dissídios 2000 a 2002, diferença salarial do piso dos 9,35 salários mínimos, pecúlio por morte e diferença de suplementação de aposentadoria, conforme segue:

EM R\$ MIL

Descrição	2015	2014
Carlito Zeilmann	0	73
Carlito Zeilmann	0	3
Aracy Maria Borges Bittencourt	0	138
José Sidney de Mello Bueno	392	393
Total	392	607

3.9) Gestão Administrativa

A conta Outros Recursos a Receber registram-se os recursos a receber nos planos de Benefício I, Plano Ex-Autárquicos de Benefício, referentes a fonte de custeio administrativa de dezembro repassada em janeiro do ano seguinte, e a conta adiantamentos refere-se ao adiantamento de férias e fornecedores, conforme segue:

EM R\$ MIL

Descrição	2015	2014
Outros Recursos a Receber	105	94
Adiantamentos	0	11
Total	105	105

3.9.1) Depósitos Judiciais/Recursais

A partir de Janeiro/2007 a SILIUS iniciou a ação judicial que visa à recuperação dos valores recolhidos pela Entidade, referentes ao PIS e COFINS, passando a depositá-los judicialmente nas contas n.º 0652.635.0000 2426-7 e conta n.º 0652.635.0000 2505-0, respectivamente.

EM R\$ MIL

Descrição	2015	2014
Depósito Judicial/Recursais - PIS	62	55
Depósito Judicial/Recursais - COFINS	381	336
Total	443	391

3.9.2) Regra de Consolidação

Em atendimento a legislação vigente as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefício e consolidado. A SILIUS ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2015 anulou a operação abaixo demonstrada, a qual apresentava duplicidade do patrimônio da Entidade:

EM R\$ MIL

Conta	Nome	Valor
1.2.2.3.01.00.00.000	Participação no PGA	529
2.3.2.2.02.01.00.000	Participação no fundo adm. - PGA	529

3.9.3) Outros Realizáveis

Valores referentes a créditos do encontro de contas constantes no relatório da comissão de sindicância interna, processo nº 000129/975, conforme memorando nº 084/97, de 31/10/97, processo nº 10899665-AFCESA e Outros de natureza civil da 2ª vara de Porto Alegre. A Fundação SILIUS constituiu em 2008 uma provisão para perda de 100% do valor de R\$ 50 mil. Observando os critérios determinados pela Resolução CGPC nº 05 de 30/01/2002, alterada pela Resolução CGPC nº 10, de 05/07/2002. A Entidade recebeu em 13/07/2011 o valor de R\$ 16 mil, conforme alvará de autorização nº 25820/2096-2011.

EM R\$ MIL

Descrição	2015	2014
AFCESA	35	35
Constituição Provisão CLD	(35)	(35)
Total	0	0

3.10) Investimentos

3.10.1) Fundos de Investimento: Renda Fixa e Renda Variável

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e suas respectivas alterações, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas formas:

(i) Títulos para negociação - registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantém interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais são avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

As aplicações em Fundo Aberto de Investimento Renda Fixa e Renda Variável foram classificadas como "títulos para negociação" e estão atualizadas e apresentadas pelo valor das cotas desses fundos na data do Balanço, computando-se a valorização e a desvalorização decorrentes dos ajustes registrados nas contas específicas, sendo a administração dos investimentos exercida por gestores terceirizados.

EM R\$ MIL

Descrição	Custódia	2015	2014
Santos Virtual FIC de FIRF Crédito Privado	BESAF	165	73
Bradesco FI Referenciado DI Premiun	BRAM	428	427
BB Institucional FI Renda Fixa	BB DTVM	0	9.222
FI Caixa Institucional Títulos Públicos RF L. Prazo	CEF	0	4.985
Itaú Soberano RF IRFM 1 FI	ITAÚ	0	7.191
Itaú Institucional IBRX Ativo Ações FI	ITAÚ	2.559	3.086
Bradesco FI Renda Fixa Target 1	BRAM	0	2.277
Bradesco Fundo FI RF IMA-B	BRAM	0	3.718
Bradesco FI RF Silius	BRAM	30.142	0
Total		33.294	30.979

A rentabilidade calculada pela Mercer Human Resource Consulting, em 2014, com base na metodologia da TIR dos investimentos foi de 9,92% no Plano de Benefício I e 10,75% no Plano Ex-Autárquicos de Benefício, atingindo a meta atuarial de 11,54% e A rentabilidade calculada pela ADITUS Consultoria Financeira, em 2015, com base na metodologia da TIR dos investimentos foi de 12,09% no Plano de Benefício I e 12,16% no Plano Ex-Autárquicos de Benefício, ficando abaixo da meta atuarial de 17,40% (correspondente a taxa real de juros de 5,50% acrescida da inflação acumulada durante 2015 igual a 11,28%).

3.10.2) Ajuste de Precificação

Considerando a nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, foi criado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria mantida até o vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

O objetivo da referida norma é demonstrar a comparação entre os fluxos financeiro e previdenciário cujos prazos e montantes de recebimentos de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes do fluxo previdenciário, e que tenha o valor previamente estabelecido por estudo técnico e cujo o custeio seja determinado atuarialmente de forma a assegurar a concessão e manutenção desses benefícios.

Com base em estudo técnico realizado pelos Atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2015 a taxa de juros utilizada no ajuste de precificação foi de 5,5% para os dois planos, Plano de Benefício Previdencial I e Plano Ex-Autárquicos de Benefício, com *Duration* do passivo em 10,67 anos e 10,49 anos respectivamente.

Tal ajuste está restrito a parcela de Benefício Definido dos Planos de Benefício Definido ou de Contribuição Variável. Na Silius o valor do ajuste de precificação do Plano de Benefício Previdencial I foi de R\$ 2.094 mil positivo e no Plano Ex-Autarquicos de Benefício foi de R\$ 99 mil positivo, conforme demonstrativo abaixo dos Títulos Públicos utilizados para efeito de ajuste de precificação em 31 de dezembro de 2015:

Plano de Benefício Previdencial I

EM R\$ MIL

Descrição	Vencimento	Qtd.	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste Positivo
Títulos Públicos			R\$ 15.551	R\$ 17.645	R\$ 2.094
NTN-B	15/08/2024	1.101,97	R\$ 2.976	R\$ 3.228	R\$ 252
NTN-B	15/08/2030	2.006,86	R\$ 5.319	R\$ 5.969	R\$ 650
NTN-B	15/05/2035	1.993,60	R\$ 5.109	R\$ 5.900	R\$ 791
NTN-B	15/05/2045	850,00	R\$ 2.147	R\$ 2.548	R\$ 401

Apresentamos abaixo a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano de Benefício Previdencial I:

EM R\$ MIL

6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	
a) Equilíbrio Técnico	(2.834)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2.094
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(740)

Conforme art. 10 da Instrução PREVIC nº 19 de 04/02/2015, tendo o Plano Ex-Autárquico resultado superavitário, não é informado no Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios o ajuste de precificação pois o resultado foi positivo.

Plano Ex-Autárquico de Benefício

EM R\$ MIL

Descrição	Vencimento	Qtd.	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste Positivo
Títulos Públicos			R\$ 758	R\$ 857	R\$ 99
NTN-B	15/08/2024	61,03	R\$ 165	R\$ 179	R\$ 14
NTN-B	15/08/2030	111,14	R\$ 294	R\$ 330	R\$ 36
NTN-B	15/05/2035	60,40	R\$ 155	R\$ 179	R\$ 24
NTN-B	15/05/2045	26,00	R\$ 66	R\$ 78	R\$ 12
NTN-B	15/05/2040	30,00	R\$ 78	R\$ 91	R\$ 13

3.10.3) Imóveis

A Fundação SILIUS firmou contrato de compra e venda de imóvel com a Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários S/A em 16/12/2010, referente às salas 601, 602, 603 e 604 com seus respectivos Box simples 294, 295, 328 e 329 do Empreendimento - Getúlio Vargas Prime Offices, situado na Av. Getúlio Vargas n.º 1157.

Foram registradas na conta de imóveis em construção do Plano de Benefício I até a posse do imóvel ocorrida em 2015 no valor total de R\$ 1.570 mil, sendo transferido para imóvel de uso próprio e locados a terceiros. A avaliação dos imóveis realizada em junho de 2015 pela empresa Embraval Engenharia Consultiva S/S apresentou um valor de mercado das unidades de R\$ 2.101 mil, sendo que o resultado positivo de R\$ 531 mil em comparação ao valor em construção foi registrado na conta de variação positiva dos investimentos em imóveis em junho de 2015, conforme quadro demonstrativo:

EM R\$ MIL

Descrição	2015	2014	Reavaliação Positiva
Imóveis em Construção	0	1.570	
Uso Próprio	950	0	
Locadas a Terceiros	1.151	0	
Total	2.101	1.570	531

3.10.4) Alienação de Imóveis

Representam os saldos devedores das operações a prazo. As prestações são atualizadas, conforme os contratos de promessa de compra e venda, tendo o contrato encerrado em 2015.

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	ENDEREÇO	CORREÇÃO CONTRATO	SALDO DEVEDOR	
			2015	2014
Patrick Lucchese	Av. Mauá, 2015, loja nº 01 e Boxes 20 e 45	INPC + 6,17% a.a.	0	49
Total			0	49

3.10.5) Investimentos - Depósitos Judiciais/Recurrais

Estão registrados na conta depósito judiciais/recursais os valores referentes às ações judiciais do Horto Florestal de Cruz Alta e Cachoeira do Sul-RS, conforme segue:

EM R\$ MIL

Descrição	2015	2014
Édio Gilberto Priebe	156	156
Luiz Eduardo Paradedda	1	1
Total	157	157

3.11) PERMANENTE

Representa os bens necessários ao funcionamento da entidade, demonstrados ao custo de aquisição, subtraída a depreciação acumulada, o intangível é constituído pelas aquisições de softwares e benfeitorias realizadas na casa comercial locada pela SILIUS. O Diferido registra o saldo existente em 31/12/2010 não alocados para a conta intangível constituído pelas aquisições de softwares e registrados pelo custo de aquisição, subtraída a amortização acumulada, calculado pelo método linear, a seguir a estrutura do permanente com as devidas taxas:

EM R\$ MIL

Descrição	2015	2014	Taxa a.a.
Móveis e Utensílios	33	33	10%
(-) Depreciação Móveis e Utensílios	(15)	(13)	
Máquinas e Equipamentos	74	74	10%
(-) Depreciação Máquinas e Equip.	(66)	(63)	
Total Imobilizado	26	31	

EM R\$ MIL

Descrição	2015	2014	Taxa a.a.
Software	18	18	20%
(-) Amortização	(18)	(17)	
Total Intangível	0	1	

3.12) Investimentos Outras Exigibilidades

Nesta conta registram-se os recursos a pagar para o PGA do Plano de Benefício I, Plano Ex-Autárquicos de Benefício, referentes ao custeio administrativo investimentos no valor de R\$ 75 mil em 31/12/2015 e de R\$ 94 mil em 31/12/2014, liquidados no mês de janeiro de cada exercício.

EM R\$ MIL

Descrição	2015	2014
Custeio Administrativo	75	94
Total	75	94

3.13) Exigível Contingencial

3.13.1) Gestão Previdencial

Nesta conta registra-se o montante das provisões relativas às ações judiciais contra a SILIUS, referente às ações judiciais de devolução de reserva de poupança, diferença dissídios 2000 a 2002, diferença salarial do piso dos 9,35 Salários Mínimos, pecúlio por morte e diferença de suplementação de aposentadoria, as

quais foram ajustadas com base no relatório jurídico do Luis Felipe Lemos Machado Advogados Associados, conforme segue:

EM R\$ MIL		
Descrição	2015	2014
Carlito Zeilmann	0	240
Carlito Zeilmann	0	5
Aracy Maria B. Bittencourt	0	138
Cláudio Antônio Soriano Correa	0	81
Nilda Mello Prates	42	35
José Sidney de Mello Bueno	901	746
Wilian Oviedo R. Farias	0	43
Total	943	1.288

3.13.2) Gestão Administrativa

Está registrada no Exigível Contingencial provisão, referente à ação judicial objetivando a devolução das quantias indevidamente recolhidas pela SILIUS a título de PIS e COFINS, desde 2001. A partir de janeiro/2007 os tributos foram recolhidos através dos seguintes depósitos judiciais: PIS n.º 0652.635.0000 2426-7 e COFINS n.º 0652.635.0000 2505-0.

EM R\$ MIL		
Descrição	2015	2014
PIS	63	55
COFINS	385	340
Total	448	395

3.13.3) Investimentos

Os valores registrados no Exigível Contingencial correspondem às provisões das ações judiciais do Horto Florestal de Cruz Alta/RS e Cachoeira do Sul/RS, os quais foram ajustados com base no relatório jurídico do escritório Luis Felipe Advogados Associados:

EM R\$ MIL		
Descrição	2015	2014
Edio Gilberto Priebe	507	420
Maria Aparecida Dreyer Glasenapp	110	90
Simone Sampaio Moreira	362	301
Total	979	811

3.14) Patrimônio Social

3.14.1) Provisões Matemáticas Consolidadas

As Provisões Matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais, efetuados pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Descrição	2015	2014
Benefícios Concedidos	82.370	75.386
Benefício Definido Estruturado em regime de capitalização	82.370	75.386
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	62.802	61.729
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	19.568	13.657
Benefícios a Conceder	3.690	3.776
Benefício Definido Estruturado em regime de capitalização programada	2.734	2.908
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.492	3.852
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(379)	(472)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(379)	(472)
Benefício Definido Estruturado em regime de capitalização não programada	956	868
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	1.713	1.591
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(26)	(31)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(731)	(692)
(-) Provisão Matemática a constituir	(50.131)	(36.478)
(-) Por ajustes das contribuições extraordinárias	50.131	(36.478)
(-) Patrocinador	(36.907)	(36.478)
Outras Contribuições Patrocinador	(68.643)	(64.929)
Provisão Revisão Contratual	32.903	28.451
Parcelas a Receber	(1.167)	0
(-) Participantes	(13.224)	0
Ativos	(491)	0
Assistidos	(12.733)	0
Total Provisões Matemáticas	35.929	42.684

3.14.2) Provisões Matemáticas a constituir

Em 30 de setembro de 2002, foi firmado o Instrumento Particular de Repactuação, Confissão de Dívida e Outras Avenças, que adita e substitui os protocolos celebrados em 31 de dezembro de 1991 e 29 de dezembro de 1995. Ficou estipulado que o saldo devedor será atualizado mensalmente pelo índice do INPC/IBGE, mais 0,5% (meio por cento) de juros ao mês que serão amortizadas em 228 parcelas mensais e consecutivas.

A CESA, através do expediente PRES/Carta n.º 154/2011, de 28 de Julho de 2011, informou que a partir da competência de Julho/2011, unilateralmente, passaria a pagar um novo valor da parcela mensal que entendia como devido. Em 04 de Agosto de 2011 a Fundação SILIUS notificou a CESA através do expediente SILIUS/073/2011 sobre os dispositivos legais do Instrumento Particular de Repactuação, Confissão de Dívida e Outras Avenças, datado de 30 de setembro de 2002 que estavam sendo descumpridos. Por ter sido uma decisão unilateral por parte do Patrocinador, a SILIUS protocolou processo de execução contra a CESA, visando o pagamento das diferenças das parcelas em atraso, com base no Contrato em vigor.

Durante os Exercícios de 2014 e 2015, período em Intervenção pela PREVIC (Órgão de Fiscalização) na Fundação SILIUS, ocorreu uma renegociação do Contrato de dívida e a efetivação contábil dos ajustes estabelecidos pelo órgão fiscalizador. Em abril de 2015 foi finalizada a intervenção, resultando em uma redução contábil no valor do Contrato, na forma de Provisão para Revisão Contratual, atualizado em dezembro de 2015 em R\$ 36.907 mil.

A nova diretoria empossada em abril de 2015 resolveu manter a escrituração do contrato original no valor atualizado em dezembro de 2015 no valor de R\$ 68.643 mil, por haver ainda questões suscitadas pela Interventora no relatório final, bem como uma discussão na esfera administrativa e judicial. Assim, para ajustar contabilmente o valor do Contrato ao valor revisado, foi mantida a Provisão para Revisão Contratual. A seguir apresentamos o demonstrativo do acompanhamento do contrato.

Provisão Matemática a constituir	50.131	36.478
Por ajustes das contribuições extraordinárias	36.478	36.478
Contrato Patrocinador	36.907	36.478
Outras Contribuições Patrocinador	68.643	64.929
Provisão Revisão Contratual	(32.903)	(28.451)
Parcelas a Receber	1.167	0
Participantes*	13.224	0
Ativos	491	0
Assistidos	12.733	0

* O resultado da avaliação atuarial do encerramento de 2014 apontou para um Déficit Técnico no plano a ser equacionado, que resultou na constituição, em Junho/2015, de Provisões Matemáticas a Constituir para participantes e assistidos.

3.14.3) Resultado Acumulado no Exercício

Nesta conta registra-se a composição do excedente ou ausência patrimonial em relação aos compromissos totais conforme a seguir demonstrado:

EM R\$ MIL		
Descrição	2015	2014
Plano de Benefício I		
(-) Déficit Técnico acumulado em 31 de dezembro	(2.834)	(12.249)
Plano de Benefício Ex-Autarquicos		
Superávit Técnico acumulado em 31 de dezembro	679	470
Equilíbrio Técnico	(2.155)	(11.779)

3.14.4) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo da Gestão Administrativa é formado pelas receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas da Gestão Administrativa, considerando-se o limite mínimo relativo ao saldo do ativo permanente. O montante deste fundo em 31 de dezembro/2015 é de R\$ 529 mil e de R\$ 517 mil em 31 de dezembro/2014. O Fundo Administrativo é apresentado por Plano de Benefício, onde o resultado é apurado através do rateio pelo volume patrimonial do mês anterior. A Seguir o valor do Fundo Administrativo em 31 de dezembro de:

EM R\$ MIL		
Descrição	2015	2014
Plano de Benefício I	493	481
Plano Ex-Autarquicos de Benefício	36	36
Total Fundo Administrativo	529	417

3.15) Gestão Administrativa

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas de Investimentos, conforme regulamento e orçamento, deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Silius utiliza o seguinte critério:

- **Receitas:** Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio de investimentos;
- **Despesas Comuns aos planos:** Utilização de critério de rateio que leva em consideração o total do patrimônio para a apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns;
- **Todas as despesas administrativas do PGA foram consolidadas na conta 429 – Despesas da Administração Total e após rateadas na Gestão Previdencial (GP) e Investimento (I).** O critério de rateio foi de participação pelo tempo de trabalho de cada funcionário e gestor, exceto a consultoria atuarial, despesa exclusiva da área previdencial e a consultoria de investimentos, despesa exclusiva da área de investimentos.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo gestão da entidade, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

4) DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

4.1) I Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial demonstra o Patrimônio total administrado pela entidade Silius, os valores apresentados estão consolidados e representam o Plano de Benefício I, o Plano de Benefício Ex-Autárquico e o Plano de Gestão Administrativa. O Demonstrativo está apresentado conforme regra de consolidação (Nota 3.9.2).

4.2) II Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Esse demonstrativo apresenta as adições e destinações consolidadas dos Planos de Benefícios, da Gestão Administrativa e de Investimentos.

4.3) III Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Esse demonstrativo apresenta as variações da Mutação por Plano de Benefícios, sem a participação do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Representa a variação do Ativo Líquido apresentado no início e no final do exercício representando o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano.

4.4) IV Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

O demonstrativo do Ativo Líquido por plano apresenta a destinação e aplicações dos recursos do plano diminuída das suas obrigações. As variações de cada conta patrimonial estão em consonância com a Política de investimento da entidade, a qual é aprovada e acompanhada anualmente.

4.5) V Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

O Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa – PGA apresenta, através das contas de resultado, toda a movimentação da Gestão Administrativa da Entidade. Nele verificam-se as origens dos recursos e a composição dos Gastos Administrativos, demonstrando a sobra ou insuficiência do mesmo.

4.6) VII Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Apresenta as Provisões Técnicas do Plano na composição Atuarial, de acordo com o DA (Demonstrativo Atuarial) emitido pelo Atuário responsável.

5. CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA FECHAMENTO

5.1) Gestão Previdencial

Esta gestão recebe contribuições e valores transferidos da gestão de investimentos, relativos ao resultado das aplicações dos recursos disponíveis do plano de benefícios e destina recursos no pagamento de benefícios.

5.2) Gestão Administrativa

Esta gestão recebe valores transferidos da gestão de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo administrativo e o custeio dos investimentos para cobertura das despesas administrativas da gestão do Plano de Gestão Administrativa.

5.3) Gestão de Investimentos

As receitas líquidas dos investimentos mensais são transferidas para a gestão previdencial e administrativa, de acordo com os recursos de cada gestão.

O fechamento mensal do balancete decorre da totalidade do saldo líquido positivo das aplicações da gestão de investimentos, remanescente à remuneração dos fundos, para a gestão previdencial.

A remuneração dos fundos administrativos e de investimentos tem como base a proporcionalidade dos recursos investidos de cada gestão.

6) REGIME TRIBUTÁRIO

6.1) Imposto de Renda para EFPC

Em 03 de janeiro de 2013 foi publicada a Instrução Normativa n.º 1.315, qual altera a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefício de caráter previdenciário, Fapi e seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência e dá outras providências, passando a vigorar a seguinte redação no art. 17:

“Art. 17. As entidades fechadas de previdência complementar estão isentas do imposto sobre a renda devido pela pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.”

6.2) PIS e Cofins

O PIS e o COFINS são calculados as alíquotas de 0,65% e 4% (3% até 08/2003, conforme artigo 18 da Lei n.º 10.684 de 30/05/2003), respectivamente. A Fundação SILIUS está discutindo judicialmente o recolhimento destes tributos conforme Nota 3.9.1.

7) FUNDO SANTOS VIRTUAL FIC DE FIRF CRÉDITO PRIVADO

O Fundo Santos Virtual Fic de Firf Crédito Privado administrado pela Mellon Serviços Financeiros DTVM SA contratou o escritório jurídico Villela e Karamer Advogados para cobranças judiciais dos devedores deste Fundo, a seguir demonstramos os créditos recebidos pela SILIUS:

Descrição	Valores
Data Recebimentos	
01 de setembro de 2005	129
26 de dezembro de 2005	332
11 de Outubro de 2006	151
23 de Julho de 2007	243
12 de Setembro de 2008	219
16 de abril de 2010	282
28 de dezembro de 2010	122
29 de novembro de 2012	122
17 de dezembro de 2013	108
Total	1.708

8) FATOS RELEVANTES

8.1) Intervenção

- A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria n.º 23 de 21 de janeiro de 2014, resolve prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 22 de janeiro de 2014, o prazo de que trata a Portaria n.º 655, de 22 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n.º 228, de 25 de novembro de 2013, seção 1, página 46, referente à intervenção na SILIUS – Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social.

- A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria n.º 138 de 19 de março de 2014, resolve prorrogar até o dia 31 de maio de 2014, o prazo de que trata a Portaria n.º 23, de 21 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n.º 15, de 22 de janeiro de 2014, Seção 1, página 34, referente à intervenção na SILIUS - Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social.

- A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria n.º 261 de 27 de maio de 2014, resolve prorrogar, até o dia 31 de julho de 2014, o prazo de que trata a Portaria n.º 138, de 19 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União n.º 54, de 20 de março de 2014, seção 1, página 21, referente à intervenção na SILIUS - Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social.

- A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria n.º 392 de 19 de julho de 2014, resolve prorrogar até o dia 30 de setembro de 2014, o prazo de que trata a Portaria n.º 261, de 27 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União n.º 100, de 28 de maio de 2014, seção 1, página 43, referente à intervenção na SILIUS - Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social.

- A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria n.º 529 de 30 de setembro de 2014, resolve prorrogar até o dia 30 de novembro de 2014, o prazo de que trata a Portaria n.º 392, de 29 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União n.º 144, de 30 de julho de 2014, seção 1, página 37, referente à intervenção na SILIUS - Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social.

- A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria n.º 623 de 28 de novembro de 2014, resolve Prorrogar até 31 de janeiro de 2015, o prazo de que trata a Portaria n.º 529, de 30 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n.º 189, de 1º de outubro de 2014, seção 1, página 48, referente à intervenção na SILIUS - Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social.

• A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria n.º 43 de 29 de janeiro de 2015, resolve prorrogar até 30 de abril de 2015, o prazo de que trata a Portaria n.º 623, de 28 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n.º 232, de 1º de dezembro de 2014, seção 1, página 32, referente à intervenção na SILIUS - Fundação Silos e Armazéns de Segurança Social.

8.2) Posse Diretoria

Com o encerramento da Intervenção ocorrido em abril de 2015, foi realizada em 28/04/2015 a posse da nova Diretoria Executiva da Fundação SILIUS. Através da ata n.º 1, os membros do Conselho Deliberativo, Luiz Alberto Vieira Christofoli – Presidente do Conselho, Jurandir Loss, Nelton Pinheiro Machado e Irineu Bertele deliberaram sobre a indicação de Júlio César de Oliveira Pérez para Diretor Superintendente e Financeiro e Denilson Gonçalves de Oliveira para Diretor Administrativo e de Segurança, para o mandato de 4 anos.

8.3) Ajuste de Precificação

No exercício de 2014 foram publicadas as Resoluções MPS/CNPC n.º 15 e 16 divulgadas no dia 19/11/2014. Essas Resoluções trouxeram novos procedimentos referente ao cálculo da taxa de juros. As Entidades com títulos públicos marcados na curva são obrigadas a partir de 01 de janeiro de 2015 a realizarem a avaliação desses ativos pela Taxa de Juros Parâmetro – TJP, a qual a variação dependerá da “Duration do plano”. A Silius por possuir Benefício Definido, apresentou os Títulos Públicos marcados na curva conforme Nota 3.10.2.

8.4) Carteira de Investimentos

No exercício de 2015, um fator importante que contribuiu positivamente para que o resultado anual da Entidade apresentasse um resultado próximo do equilíbrio financeiro, foi a alteração da carteira de investimento. A SILIUS contratou uma nova consultoria externa de investimentos, a ADITUS Consultoria Financeira, especializada no segmento institucional, que elaborou estudo de macro-alocação de ativos (ALM), que buscou encontrar uma carteira de ativos mais compatível com o passivo atuarial da Entidade (fluxo de obrigações futuras), buscando otimizar a relação risco, retorno e liquidez. Por orientação desta consultoria, foi elaborado estudo de ALM do ativo e passivo e casou-se os fluxos de caixas projetados e cupons de títulos públicos federais de indexador similar ao do passivo, comprando títulos públicos (NTN-B) de longo prazo com taxas de juros superior à meta atuarial, possibilitando ajuste de precificação dos títulos. Cabe ressaltar que a SILIUS acabou conseguindo nesses títulos taxas acima da atuarial do seu plano de benefícios, o que foi muito satisfatório.

O resultado contábil do plano de benefício previdencial I apresentou déficit técnico acumulado de R\$ 2.834 mil. Entretanto, considerando o ajuste de precificação, apurado com a utilização das planilhas da PREVIC, resultou no valor de R\$ 2.094 mil, reduzindo o déficit para R\$ 740 mil. As planilhas da PREVIC para efetuar os cálculos das precificação dos títulos contem redutores de segurança para títulos de mais longo prazo, e o resultado do valor do ajuste de precificação calculado pela ADITUS Consultoria Financeira atingiu o valor de R\$ 3.023 mil, que se utilizado reverteria o resultado para superavitário.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015.

JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA PÉREZ
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF: 100.065.400-15

JAQUES CALLEGARO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRC/RS: 090095/0-6 - CPF: 479.018.100-68

À
FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase

a) Ajuste de Precificação

a.1) PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIAL I

Chamamos a atenção para a Nota 3.10.2, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIAL I. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2015, apresentou resultado positivo de R\$ 2.094 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

a.2) PLANO EX-AUTÁRQUICO DE BENEFÍCIO

Chamamos a atenção para a Nota 3.10.2, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO EX-AUTÁRQUICO DE BENEFÍCIO. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2015, apresentou resultado positivo de R\$ 99 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, sobre as quais emitimos relatório sem modificação datado de 14 de abril de 2015, com ênfase sobre:

- a) Revisão do contrato de dívida e a realização dos ajustes estabelecidos pelo órgão regulador. Esse assunto já foi solucionado no exercício de 2015, conforme Nota 3.14.2;
- b) Resultado deficitário do Plano de Benefício Previdencial I e resultado superavitário do Plano Ex-Autárquico de Benefícios. Esses assuntos já foram solucionados no exercício de 2015, conforme Nota 3.10.2;
- c) Prorrogação da intervenção da SILIUS pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria n.º 43 de 29 de janeiro de 2015, até 30 de abril de 2015. Esse assunto já foi solucionado no exercício de 2015, conforme Nota 8.2

Porto Alegre, 06 de abril de 2016.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC/RS 30.361

PARECER ATUARIAL

MIRADOR 0569/2016

Porto Alegre, 27 de maio de 2016.

Ilmo. Sr.
Denílson Gonçalves de Oliveira
MD. Diretor Administrativo e de Seguridade
SILIUS

Prezado Senhor,

Apresentamos, a seguir, o Parecer Atuarial do Plano de Benefícios I e do Plano Ex-Autárquicos de Benefício, em conformidade com os resultados da avaliação atuarial de 31/12/2015.

PARECER ATUARIAL PLANO DE BENEFÍCIOS I E PLANO EX-AUTÁRQUICOS DE BENEFÍCIO

Os planos analisados possuem característica de Benefício Definido, sendo administrados pela Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social – SILIUS e patrocinados pela Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA e pela própria Fundação SILIUS.

A) Estatísticas

• Plano de Benefícios I

Evolução do Quantitativo de Participantes

Participantes	2014	2015
Ativos	12	10
Participantes em BPD	0	0
Assistidos	323	320
Aposentados	202	198
Aposentados por Invalidez	10	10
Pensionistas	111	112
Outros (cancelados, afastados, etc.)	0	0
Total	335	330

Idade média dos Participantes

Participantes	2014	2015
Ativos	53	55
Participantes em BPD	0	0
Aposentados	68	69
Aposentados por Invalidez	69	70
Pensionistas	71	71
Outros (cancelados, afastados, etc.)	0	0
Total	68	69

• Plano Ex-Autárquicos de Benefício

Evolução do Quantitativo de Participantes

Participantes	2014	2015
Ativos	13	13
Participantes em BPD	0	0
Assistidos	4	4
Aposentados	0	0
Aposentados por Invalidez	0	0
Pensionistas	4	4
Outros (cancelados, afastados, etc.)	0	0
Total	17	17

Idade média dos Participantes

Participantes	2014	2015
Ativos	75	76
Participantes em BPD	0	0
Aposentados	0	0
Aposentados por Invalidez	0	0
Pensionistas	73	74
Outros (cancelados, afastados, etc.)	0	0
Total	74	75

B) Hipóteses e Métodos Atuariais

• Plano de Benefícios I

Premissa	2014	2015
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	5,50%	5,50%
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	98,00%	98,00%
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,00%	98,00%
Taxa de Crescimento Real Salarial	1,27%	1,27%
Indexador Financeiro	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Biométricas		
Mortalidade Geral	AT-2000 Male	AT-2000 Male
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Mortalidade de Inválidos	Ex-IAPC	Ex-IAPC
Demográficas		
Rotatividade (<i>Turnover</i>)	Nula	Nula
Estrutura Familiar	Para os futuros pensionistas: FAMÍLIA MÉDIA • Percentual de casados: 90% • Diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos Para os atuais pensionistas: FAMÍLIA REAL	Para os futuros pensionistas: FAMÍLIA MÉDIA • Percentual de casados: 90% • Diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos Para os atuais pensionistas: FAMÍLIA REAL

Regime Financeiro e Método de Financiamento	Regime	Método
Aposentadoria Normal	Capitalização	Agregado
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Agregado
Benefício de Pensão	Capitalização	Agregado
Auxílio-Doença	Repartição Simples	
Pecúlio por Morte	Capitalização	Agregado
Abono Anual	Capitalização	Agregado

• Plano Ex-Autárquicos de Benefício

Premissa	2014	2015
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	5,50%	5,50%
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	98,00%	98,00%
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,00%	98,00%
Indexador Financeiro	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Biométricas		
Mortalidade Geral	AT-2000 Male	AT-2000 Male
Entrada em Invalidez	Não Aplicado	Não Aplicado
Mortalidade de Inválidos	Não Aplicado	Não Aplicado
Demográficas		
Estrutura Familiar	Para os futuros pensionistas: FAMÍLIA MÉDIA • Percentual de casados: 90% • Diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos Para os atuais pensionistas: FAMÍLIA REAL	Para os futuros pensionistas: FAMÍLIA MÉDIA • Percentual de casados: 90% • Diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos Para os atuais pensionistas: FAMÍLIA REAL

Regime Financeiro e Método de Financiamento	Regime	Método
Benefício de Pensão	Capitalização	Ortodoxo
Pecúlio por Morte	Capitalização	Ortodoxo

C) Provisões Matemáticas

• Plano de Benefícios I

Patrimônio de Cobertura	32.070.717,09
Provisões Matemáticas	34.904.973,50
(+) Passivo Atuarial ¹	84.402.196,08
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(49.497.222,58)
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	(2.834.256,41)
(+/-) Ajuste Precificação ²	2.094.231,16
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	(740.025,25)

¹ Passivo Atuarial = PMBC + PMBaC

Sendo,

PMBC (Provisão Matemática de Benefícios Concedidos) = R\$ 81.503.754,40

PMBaC (Provisão Matemática de Benefícios a Conceder) = R\$ 2.898.441,68

² O ajuste de Precificação é calculado através de planilha específica disponibilizada pela PREVIC.

• Plano Ex-Autárquicos de Benefício

Patrimônio de Cobertura	1.702.806,43
Provisões Matemáticas	1.023.488,25
(+) Passivo Atuarial ¹	1.657.519,67
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(634.031,42)
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	679.318,18
(+/-) Ajuste Precificação ²	99.098,26
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	778.416,44

¹ Passivo Atuarial = PMBC + PMBaC

Sendo,

PMBC (Provisão Matemática de Benefícios Concedidos) = R\$ 866.073,68

PMBaC (Provisão Matemática de Benefícios a Conceder) = R\$ 791.445,99

² O ajuste de Precificação é calculado através de planilha específica disponibilizada pela PREVIC.

D) Rentabilidade

• Plano de Benefícios I

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela SILIUS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2015, foi de 12,09% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 17,40% (correspondente a taxa real de juros de 5,50% acrescida da inflação acumulada durante 2015 igual a 11,28%), o que, em termos reais, representou obter 0,73% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,50% ao ano estabelecida para 2015, tomando como indexador base, o INPC do IBGE.

• Plano Ex-Autárquicos de Benefício

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela SILIUS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2015, foi de 12,16% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 17,40% (correspondente a taxa real de juros de 5,50% acrescida da inflação acumulada durante 2015 igual a 11,28%), o que, em termos reais, representou obter 0,79% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,50% ao ano estabelecida para 2015, tomando como indexador base, o INPC do IBGE.

E) Plano de Custeio

• Plano de Benefícios I

Custeio previdenciário - Contribuição Normal

O Plano de Custeio do plano de benefícios da SILIUS permanece o mesmo do exercício anterior, conforme descrito abaixo:

Participantes Ativos

Os participantes ativos contribuirão com os percentuais discriminados, a seguir, sobre o Salário de Participação (SP):

- 5,50% sobre o total do SP;
- 7,61% sobre o excesso do SP em relação à metade do teto de benefícios do INSS;
- 10,95% sobre o excesso do SP em relação ao teto de benefícios do INSS.

Participantes Assistidos

- 14% do SP.

Patrocinadora

- Contribuição Normal paritária às efetuadas por Participantes e Assistidos do plano

Custeio previdenciário - Contribuição Extraordinária

Contribuições Extraordinárias: Durante o exercício de 2015 foram desenvolvidos estudos para equacionamento do plano, conforme correspondência MIRADOR 0464/2015, considerando as mudanças nos critérios de definição do Instrumento Particular de Repactuação, Confissão de Dívida e outras Avenças (Contrato) entre SILIUS e CESA, foco do processo de Intervenção do Órgão de Fiscalização à época.

Participantes

Para os participantes, aposentados e pensionistas o equacionamento se dará através das seguintes alíquotas de contribuição extraordinária:

- Ativos: 12,78% sobre o SP;
- Aposentados: 14,86% sobre o SP;
- Pensionistas (atuais): 14,86% sobre o SP.

Patrocinadora

A parcela de Déficit Técnico de responsabilidade da patrocinadora já estava incorporada ao Contrato de Dívida entre SILIUS e CESA.

• Plano Ex-Autárquicos de Benefício

Custeio previdenciário

O Plano de Custeio do plano de benefícios da SILIUS permanece o mesmo do exercício anterior, conforme descrito abaixo:

Participantes Ex-Autárquicos

- 14% do SP.

F) Conclusões

• Plano de Benefícios I

Para fins da avaliação atuarial do **Plano BD-I** foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/12/2015 e posicionado nesta mesma data de referência. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior e atendem às exigências da Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006 bem como de suas atualizações posteriores. A taxa de desconto utilizada nesta reavaliação atuarial foi de 5,50% ao ano.

O Plano aqui analisado apresenta um resultado técnico deficitário de R\$ 2.834.256,41, que representa 8,12% das Provisões Matemáticas. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela SILIUS em R\$ 2.094.231,16, o resultado técnico ajustado do plano permanece deficitário em R\$ 740.025,25, equivalente à 2,12% das provisões matemáticas do plano (percentual inferior ao LTD igual a 6,67% das provisões matemáticas líquidas).

Com relação ao Contrato de Dívida do Patrocinador, as contribuições para o mesmo vem sendo repassadas pelo Patrocinador, inexistindo débitos no fechamento do Exercício de 2015.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do **Plano BD-I**, informamos que o plano encontra-se equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.

• Plano Ex-Autárquicos de Benefício

Para fins da avaliação atuarial do **Plano Ex-Autárquicos** foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/12/2015 e posicionado nesta mesma data de referência. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior e atendem às exigências da Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006, bem como suas atualizações posteriores. A taxa de desconto utilizada nesta reavaliação atuarial foi de 5,50% ao ano.

O Plano aqui analisado apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 679.318,18, que representa 66,37% das Provisões Matemáticas. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela SILIUS em R\$ 99.098,26, o resultado técnico ajustado do plano fica superavitário em R\$ 778.416,44, equivalente à 76,06% das provisões matemáticas do plano.

Com relação ao Contrato de Dívida do Patrocinador, as contribuições para o mesmo vem sendo repassadas pelo Patrocinador, inexistindo débitos no fechamento do Exercício de 2015.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do **Plano Ex-Autárquicos**, informamos que o plano encontra-se equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.

Porto Alegre, 27 de maio de 2016.

GIANCARLO GIACOMINI GERMANY
Diretor Técnico - MIBA 1020

MICHEL LERPINIÈRE ROSA
Atuário - MIBA 2653

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Fundação SILIUS, procedeu ao exame das demonstrações contábeis composta do Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Obrigações Atuariais e das respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, embasado nos pareceres da Mirador Assessoria Atuarial e da Exacto Auditoria S/S, o Conselho Fiscal   de opinião que os documentos supracitados traduzem adequadamente a situa o patrimonial e financeira da Funda o SILIUS, naquela data, estando em condi es de serem submetidas   aprecia o do Conselho Deliberativo, em conformidade com o artigo 50, item V do Estatuto Social.

Porto Alegre, 25 de maio de 2016.

João Francisco de Souza Aguiar
Presidente do Conselho Fiscal

Vanderlei Farias Pessoa
Vice-Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Roberto Mello Prates
T tular do Conselho Fiscal

Sérgio Antunes da Rosa
Suplente do Conselho Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação SILIUS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, baseado nos pareceres do Conselho Fiscal da Fundação SILIUS, da Mirador Assessoria Atuarial e da Exacto Auditoria S/S, aprovou, por unanimidade, o Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Obrigações Atuariais e das respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Porto Alegre, 30 de maio de 2016.

Jurandir Loss

Vice-Presidente do Conselho Deliberativo

Nelton Pinheiro Machado

Titular do Conselho Deliberativo

Irineu Bertele

Titular do Conselho Deliberativo

Ant nio Maria de Deus Lopes

Suplente do Conselho Deliberativo



FUNDAÇÃO SILIUS

FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS
Av. Getúlio Vargas, 1157, sala 603 - Menino Deus - CEP 90150-005 - Porto Alegre/RS
www.silius.com.br - silius@silius.com.br - secretaria@silius.com.br
Fones: (51) 3233.5955 - (51) 3233.5835